

REUNIÕES COLETIVAS NA ESCOLA, UMA NECESSIDADE

Há anos, o Sind-REDE/BH reivindica, junto a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a necessidade de reuniões coletivas semanais nas Escolas. Com a saída de Ângela Dalben e entrada do novo secretário Charles Martins, a diretoria avalia que há uma oportunidade para efetivação dessa proposta.

Já nas primeiras reuniões entre o Sindicato e o novo secretário, essa foi uma das principais demandas apresentadas pela diretoria, fruto dessas reuniões saiu a minuta do extraclasse.

Os trabalhadores mais antigos da Rede Municipal de Educação recordam que até 2008 eram realizadas reuniões pedagógicas coletivas semanalmente nas escolas. Essas reuniões ocorriam nas sextas-feiras, com duração de duas horas e com a dispensa dos alunos nos turnos em que aconteciam.

Esse era um momento de muita importância, em que nos reuníamos em círculo na sala dos professores e realizávamos discussões a respeito dos projetos pedagógicos que estavam sendo realizados ou a se realizariam nas Escolas ou em toda a Rede. Era também um momento de debate sobre as demandas da direção e da coordenação de cada escola, o que fortalecia a gestão democrática; em que discutíamos sobre questões de nosso interesse profissional e trabalhista; construíamos coletivamente a agenda de atividades da escola e a preparávamos de forma minuciosa.

Nessas reuniões havia muito debate e embate, mas todos tinham o direito de falar e se posicionar. Eram nesses espaços que nos organizávamos e que nos fortalecíamos, tanto como indivíduos, quanto coletivamente. Não era tudo perfeito, mas o pensar e fazer pedagógico, a gestão democrática e a luta por direitos era apropriada pelo grupo. Envolver todos os trabalhadores no processo de organização por local de trabalho sempre foi uma preocupação do Sindicato. Mas infelizmente, os terceirizados não podiam participar desses espaços.

Desde o fim das reuniões coletivas semanais para cá, acumulamos muitos problemas na organização interna das escolas. A organização coletiva das escolas tem se enfraquecido ou deixado de existir, dando lugar a subgrupos que, muitas vezes, se estranham. Resgatar a organização coletiva por meio das reuniões periódicas, seja semanal ou quinzenal, é de fundamental importância na superação dos problemas que enfrentamos hoje.

A proposta de reuniões coletivas apresentada pela minuta da SMED só seria possível com a realização de oficinas com as turmas. Sabemos que há problemas relativos aos oficineiros, mesmo identificando aqueles que realizam um excelente trabalho. Por isso, defendemos que a PBH crie critérios a serem adotados pelas escolas,

estabelecendo normas de trabalho nas oficinas, que leve em consideração a qualidade, a diversidade de opções e a conduta com os estudantes. Mesmo com ressalvas, vemos as oficinas como positivas, se estas garantirem o tempo de reunião coletiva.

Defendemos também que a organização e a pauta das reuniões sejam construídas coletivamente entre o corpo docente e a direção/coordenação de cada escola. Assim, podemos democratizar o processo e criar perspectivas de engajamento de todas e todos, com as deliberações do grupo.

Nossa profissão não é somente “o fazer”, ela requer “o pensar”, “o discutir”, “o articular” e “o construir” na intervenção pedagógica para os estudantes. Defender a organização coletiva também é pensar no estudante, que tem o direito a uma interação profissional bem organizada e planejada.

Nesse sentido, este é o momento de nos unirmos em prol da qualidade de nosso trabalho, reivindicando as 8 horas de reuniões coletivas mensais no Ensino Fundamental e Educação Infantil, com planejamento coletivo das reuniões e autonomia das escolas para a organização do tempo de extraclasse.

Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH

JURÍDICO

SERVIDORA COM DEFICIÊNCIA DA REDE GARANTE DIREITOS SOCIAIS NA JUSTIÇA

Sind-REDE/BH vence processo que reivindica adequações de acessibilidade no ambiente de trabalho.

O direito legítimo por condições de trabalho de uma servidora com deficiência da Rede Municipal de Educação foi garantido após a atuação do departamento jurídico do Sind-REDE/BH. Por meio de ação ajuizada em Junho de 2018, a 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal determinou que o Município de Belo Horizonte garanta à servidora as condições necessárias para o desenvolvimento efetivo de suas atividades. A Prefeitura ainda pode recorrer da decisão.

O difícil acesso ao local de trabalho, a falta de materialidade, dentre outros problemas, evidenciam o descaso do poder público na sua efetiva inclusão, o que também é o caso de outros servidores com deficiência, dentro do município. A servidora entrou com ação após ter várias solicitações de adequações mínimas no ambiente de trabalho ignoradas pela PBH.

O Sind-REDE/BH considera a vitória judicial da servidora de extrema importância, mas aponta que medidas estruturais devem ser tomadas para todas as pessoas com deficiência, pois não é razoável que servidores lotados nas vagas que lhes são garantidas pela Lei tenham que reivindicar judicialmente o cumprimento de seus direitos.

O Coletivo de trabalhadores com Deficiência do Sind-REDE/BH, que tem mantido diálogo, por meio de encontros entre esses servidores, já encaminhou algumas de suas pautas à Prefeitura e fez diversos questionamentos sobre a situação atual desses servidores em toda a Rede. O atendimento a essas pautas é essencial para que os direitos dos trabalhadores com deficiência sejam garantidos.

Leia a notícia completa no site: sindrede.org.br